



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV

Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Termo de Cessão de Uso Nº 9/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

TERMO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE USO GRATUITO DE BEM IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ.

Processo SEI nº 21.0.000110877-5

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, situado na Praça Des. Edgar Nogueira, s/n, Cabral, em Teresina, PI, inscrito no CNPJ nº 06.981.344/0001-05, neste ato representado pelo seu Presidente **Desembargador JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**, brasileiro, inscrito no CPF nº 035.983.823-68, denominado **CEDENTE**, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regimento Interno deste Tribunal, e do outro lado, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ nº Praça Desembargador Edgard Nogueira. S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI, neste ato representado pelo seu Presidente **Desembargador JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA**, denominado **CESSIONÁRIO**, para celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE USO GRATUITO DE IMÓVEL DESTINADO AOS CARTÓRIOS DA 007^a E 096^a ZONAS ELEITORAIS**, nos termos do art. 116, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como nos termos do **Processo SEI Nº 21.0.000110877-5**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **Termo de Cessão Temporária de Uso Gratuito de Imóvel, exceto pagamento de água e energia elétrica**, conforme Laudo Técnica nº 17 (id.SEI.nº 2886589), situado no Fórum Central da Comarca de Campo Maior, de propriedade do Tribunal de Justiça do Piauí, localizado na Rua Aldenor Monteiro, S/N, Parque Zurique, CEP 64.280-000, Campo Maior-PI.

O CESSIONÁRIO se compromete a usar a área deste termo exclusivamente para desenvolvimento de atividades dos cartórios da 007^a e 096^a zonas eleitorais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. São obrigações e responsabilidade do CEDENTE:

I - emprestar ao CESSIONÁRIO os bens descritos na Cláusula Primeira, a título gratuito, para servirem ao uso a que se destinam;

II - fornecer ao CESSIONÁRIO a completa descrição do estado em que se encontram os bens, quando de sua entrega, com expressa referência a eventuais defeitos existentes;

III - realizar periodicamente inventários, auditorias dos bens, quando necessário;

IV - facultar à CESSIONÁRIA efetivar, sob seu custeio, as modificações e benfeitorias que julgar necessárias ao aproveitamento da área cedida, desde que não afetem a sua segurança e sejam atendidos os regulamentos e posturas municipais, convenção de domínio e regimento interno aplicáveis;

V - comunicar à CESSIONÁRIA, com antecedência de 06 (seis) meses, no caso de retomada do imóvel.

3.2 São obrigações e responsabilidades do CESSIONÁRIO:

I - utilizar os bens para o fim único e exclusivo indicado na Cláusula Segunda, não podendo alterar a sua finalidade;

II - zelar pelo uso normal do imóvel, bem como pela sua conservação;

III - responder pelos encargos civis, administrativos e tributários, arcar com todas as despesas referentes à conservação, manutenção preventiva e corretiva, despesas com o consumo de internet, telefone, taxas, impostos, água, energia elétrica ou qualquer outra que venha incidir sobre os bens cedidos, a partir do seu efetivo recebimento;

IV - responsabilizar-se pela segurança do local cedido por eventuais danos, avarias, desaparecimentos, fragmentação, deterioração ou perecimento de materiais ou equipamentos armazenados, guardados ou instalados de forma inadequada;

V - realizar a reparação de danos ocorridos nos espaços cedidos ou nas suas instalações;

VI - comunicar previamente ao Tribunal de Justiça a realização de modificações ou benfeitorias necessárias ao bom funcionamento;

VII - comunicar ao Tribunal de Justiça, com antecedência de 6 (seis) meses, no caso de renúncia ao uso dos espaços que lhe é conferido;

VIII - devolver o bem, objeto do presente termo, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo fixado na Cláusula Nona, como no caso de sua rescisão antecipada;

IX - cumprir qualquer exigência das autoridades públicas referentes a atos praticados pela cessionária.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

O CEDEnte não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo CESSIONÁRIO perante terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens emprestados, assim como não será o CEDEnte responsável, a qualquer título, por eventuais reformas, construções, danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do CESSIONÁRIO, por meio de servidores, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO DE RETENÇÃO

As benfeitorias eventualmente realizadas pela CESSIONÁRIA, ainda que úteis ou necessárias, serão incorporadas ao imóvel, sem ensejar direito a indenização e retenção.

CLÁUSULA SEXTA- DA NATUREZA JURÍDICA

A outorga da presente cessão de uso é feita por tempo determinado, de forma gratuita e intransferível.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA

A vigência do presente termo será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário da Justiça..

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização relativa à correta utilização dos espaços cedidos e adequação às finalidades previstas neste Termo caberá aos representantes dos partícipes, que poderão, a qualquer tempo, promover diligências destinadas à inspeção.

Este instrumento é celebrado com base no art. 116, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, e ainda nos termos do Processo SEI N° 21.0.000110877-5

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO E RESTITUIÇÃO

O CEDEnte poderá, a qualquer tempo e dentro das suas conveniências, desde que notifique previamente o CESSIONÁRIO, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, solicitar a restituição dos bens, objeto deste termo, ficando o CESSIONÁRIO obrigado a entregá-los nas mesmas condições que recebeu.

PARÁGRAFO ÚNICO - Rescindido o Termo, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de pleno direito, reintegrar-se-á na posse do imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste Termo será providenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, na forma e para os fins da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e quaisquer ajustes que se façam necessários em decorrência do presente ajuste serão resolvidos de comum acordo pelas partes e à luz da legislação aplicável, lavrando-se, se necessário, termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO FORO

Fica eleito o foro de Teresina, capital do Estado do Piauí, como competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste termo.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento os representantes das partes, que abaixo assinam:

Teresina – PI, de 2021.

Desembargador JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Desembargador JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAMES GOMES PEREIRA**, Usuário Externo, em 13/01/2022, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Oliveira, Presidente**, em 13/01/2022, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **2899962** e o código CRC **947A050C**.



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLIV - Nº 9284 Disponibilização: Quinta-feira, 13 de Janeiro de 2022 Publicação: Sexta-feira, 14 de Janeiro de 2022

REPRESENTANTE: Desembargador OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO

Ministério Públíco do Estado do Piauí

REPRESENTANTE: Procurador-Geral de Justiça, CLEANDRO ALVES DE MOURA

CNPJ Nº: 05.805.924/0001-89

Defensoria Pública do Estado do Piauí

REPRESENTANTE: Defensor Público Geral, ERISVALDO MARQUES DOS REIS

CNPJ Nº: 41.263.856/0001-37

Procuradoria Geral do Município de Teresina

REPRESENTANTE: Procurador-Geral do Município, AURÉLIO LOBÃO LOPES

CNPJ Nº: 06.554.869/0003-26

Ordem dos Advogados do Brasil - SECÇÃO PIAUÍ

REPRESENTANTE: Presidente, CELSO BARROS COELHO NETO

CNPJ Nº: 05.336.854/0001-67

Secretaria Segurança do Estado do Piauí

REPRESENTANTE: Secretário de Estado, Coronel RUBENS DA SILVA PEREIRA

CNPJ Nº: 06.553.549/0009-47

Comando Geral da Polícia Militar do Piauí

REPRESENTANTE: Comandante-Geral, Coronel PM LINDOMAR CASTILHO MELO

CNPJ Nº: 07.444.159/0001-44

OBJETO: Conjugação de esforços para a promoção do acesso à Justiça 4.0, visando permitir uma prestação jurisdicional mais efetiva e em tempo razoável a fim de possibilitar a maximização da eficiência das comunicações de atos processuais.

VIGÊNCIA: Prazo indeterminado

ÔNUS DA COOPERAÇÃO: O Acordo em apreço não envolve a transferência de recursos.

DATA DA ASSINATURA: 12/11/2021

5.2. Extrato de Termo de Cessão de Uso

Termo de Cessão de Uso Nº 9/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

PROCESSO SEI Nº: 21.000110877-5

CEDENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

REPRESENTANTE DO CEDENTE: Presidente Desembargador JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA

CNPJ Nº: 06.981.344/0001-05

CESSIONÁRIO: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

REPRESENTANTE DO CESSONÁRIO: Presidente Desembargador JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

CNPJ Nº: 05.957.363/0001-33

OBJETO: Constitui objeto do presente **Termo de Cessão Temporária de Uso Gratuito de Imóvel, exceto pagamento de água e energia elétrica**, conforme Laudo Técnica nº 17 (id.SEI.nº 2886589), situado no Fórum Central da Comarca de Campo Maior, de propriedade do Tribunal de Justiça do Piauí, localizado na Rua Aldenor Monteiro, S/N, Parque Zurique, CEP 64.280-000, Campo Maior-PI. O CESSONÁRIO se compromete a usar a área deste termo exclusivamente para desenvolvimento de atividades dos cartórios da 007ª e 096ª zonas eleitorais.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário da Justiça.

DATA DA ASSINATURA: 13/01/2022

6. PAUTA DE JULGAMENTO

6.1. COMPLEMENTAÇÃO DE PAUTA - 102ª SESSÃO ORDINÁRIA ADMINISTRATIVA - 24 DE JANEIRO DE 2022

COMPLEMENTAÇÃO DE PAUTA

Serão apreciados na **102ª SESSÃO ORDINÁRIA ADMINISTRATIVA** do Tribunal Pleno, em formato de videoconferência, a ser realizada no dia 24 de janeiro de 2022, às 09h00min, os expedientes administrativos pautados abaixo.

Os processos constantes desta pauta e que não forem julgados ficam automaticamente incluídos na pauta ordinária administrativa seguinte, independentemente de nova publicação.

Informações Gerais:

Conforme determina a Portaria (Presidência) Nº 1450/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 04 de agosto de 2020, seguem as instruções para acompanhamento e acesso à sessão:

- Aqueles que estiverem aptos a realizar sustentação oral, nos termos regimentais, devem requerer inscrição em até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão por videoconferência, mediante o e-mail tribunal.pleno@tjpi.jus.br, ou WhatsApp (86) 98876-1487;

- Em caso de excepcional impossibilidade de comparecimento em tempo real na sessão por videoconferência, demonstrada através de petição e, desde que deferido o pedido pelo relator, o advogado, procurador ou defensor poderá encaminhar gravação audiovisual a ser exibida na sessão;

- A gravação audiovisual deverá obedecer ao tempo regimental para sustentação e observar o arquivo de vídeo em formato AVI ou MP4, com tamanho máximo de até 100mb;

- É de responsabilidade do interessado providenciar os aparelhos necessários para a realização da sustentação oral por videoconferência, constituídos, no mínimo, por microcomputador, notebook, netbook, tablet ou smartphone equipados com microfone, webcam e acesso à internet de alta velocidade, que possibilite a transmissão de voz e imagem;

- O representante do Ministério Públíco, o procurador do órgão público, os defensores públicos e os patronos das partes, poderão requerer, até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão, por meio de petição e, desde que o referido pedido seja deferido pelo relator, o envio dos processos à pauta presencial.

Bloco I - Processos Administrativos Disciplinares, Pedidos de Providências e Outros

06. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.0.000092167-2 (ERRATA)

Requerente: Marcus Henrique Pacifico Carvalho

Advogado: Sérgio Antônio Merola Martins (OAB/GO nº 44693)

Assunto: Pedido de Revisão do PAD 0000067-65.2017.8.18.0139

Relator: Des. José Ribamar Oliveira, Presidente

07. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21.0.000124661-2

Assunto: Renúncia ao mandato de Superintendente de Controle Interno do TJPI

Relator: Des. José Ribamar Oliveira, Presidente

Bloco II - Projetos de Resolução